

ANDRADE, C. F. S. L. Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, 10 jan. 2007.

BENEVOLO, L. **A Cidade e o Arquiteto**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1972.

BEZERRA, M. Um bom negócio nas paredes dos edifícios do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1998. Caderno Rio, p. 32.

BORGES, A. L. Prefeitura fecha cerco à publicidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 mar. 2001.

BORGES, J. R. Recados que rodam, voam. In: **Revista Ícaro Brasil**. São Paulo: RMC Editora Ltda, set 2003. p. 44-46.

CAMPOS, J. R. de. Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, 31 jan. 2007.

_____. Não há cidadania sem informação, nem informação sem design. In: **Revista Brasileira de Design da Informação**, nr 1, 2005.

CHANDLER, C. **Eu, Fellini**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

COUTO, R.; OLIVEIRA, A. M. **Formas do design**: por uma metodologia interdisciplinar. Rio de Janeiro: 2AB, PUC-Rio, 1999.

CREUS, M. Q. Espacios, Muebles Y Elementos Urbanos. In: **Elementos Urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1996.

CROUWELL, W. Environmental Graphics: Heaven and Hell. In: **Signs and Spaces**. Nova Iorque: Allworth Press, 1994. p. 166.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Rio de Janeiro: Edições 70, Brasil Ltda, 2004.

CURVELANO JR. N. **Legislação Fiscal do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: NRA, 1997. p. 298-336.

CUTLER, L.S.; CUTLER, S.S. **The Urban Design Process**. Boston: Cahners Books International, Inc, 1976.

ECO, U. 1976:7. In: **A semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1996. p. 169.

ENGELBRECHT, D. Outdoor irregular rouba a paisagem de moradores de prédio na Gávea. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2006.

FERRARA, L. D. **Design em espaços**. São Paulo: Edições Rosari, 2002.

FRANCO, P. A. Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, 10 jan. 2007.

GOLDBERGER, P. Less is More – Mies van der Rohe, Less is a Bore – Robert Venturi. **The New York Times Magazine**, p. 34, out. 1971.

GRÜBLER, A. Time for a Change: On the Patterns of Diffusion of Innovation. In: **Daedalus**. [S.l.]: MIT, Summer, 1996. apud: Heskett. p. 21.

HESKETT, J. **Desenho Industrial**. Brasília: Editora UNB / José Olympio, [1980?].

_____. Past, Present, and Future in Design for Industry. Volume 17, Number 1 Winter. In: **Design Issues**: Boston, MIT, 2001. p. 18.

_____. **Toothpicks & Logos**. [S.l.]: Oxford University Press, 2002. p. 101-123.

HOLLAND, D.K. Keeping Promises: The impact of Brands on Society / Parts One and Two. In: **Design Issues**. Nova Iorque: Allworth Press, 2001. p. 3-27.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIFSCHITS, R. M. de. M. De que fotografia falamos? In: **Estudos em Design**. Rio de Janeiro: PUC-Rio V.V, n. 2 dez , 1997.

LIMA, L. C. **Mímesis e modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LOPES, D. Mídia eletrônica muda a paisagem do Rio. **Gazeta do Rio**, Rio de Janeiro, 11 mai. 2000. Caderno Cultura & Lazer, p. 3.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAGALHÃES, S. F. Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, 17 jan. 2007.

MCCARRON, C. First Things First – A second Look. In: **Design Issues**. Nova Iorque: Allworth Press, 2001.

MCLUHAN, M. **The Extension of Man**. Cambridge: The MIT Press, 1994. Disponível em: <<http://www.leaderu.com>> Acesso em: ago. 2006.

MEGGS, P. B. Métodos e Filosofia na Pesquisa em História do Design. In: **Memórias X Reunion de diseño gráfico**. Puebla: Universidad de las Américas, 1994.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOLES, A. **O cartaz**. Tradução Miriam Garcia Mendes. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1974. Título original: L'Affiche dans la Société Urbaine.

NETTO, M. K. Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, 30 jan. 2007.

NOJIMA, V. L. Comunicação e leitura não verbal. In: **Formas do Design**. Rio de Janeiro: 2AB Editora Ltda, 1999. p. 13.

NÖTH, W. **A Semiótica no século XX**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2003.

PEDIDA retirada de painel em Botafogo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jun. 2005.

PINHEIRO, A. I. de F. Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, 22 jan. 2007.

PIOTTO, Rubem, Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, 10 jan. 2007.

PONTES, F. Publicidade à margem da lei. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2006. Caderno Rio, p. 13.

REVISTA MEIO & MENSAGEM. São Paulo: Meio & Mensagem, m&m especial; 27 mar. 2000.

RESENDE, F. A comunicação social e o espaço público contemporâneo. In: **Alceu**. v.5 n.10. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. Semestral.

RICCI, C. **Um Balcão na Capital: memórias do comércio da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora SESC RJ, 2003. p. 135.

RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação**. Rio de Janeiro: Edições 70, Brasil Ltda, 1987, p. 49.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 1.677, de 10 de outubro de 2006. Cria o novo Código de Obras e estabelece as formas de apresentação de tapumes e condições de seus elementos de segurança na garantia de proteção às árvores, iluminação e outros dispositivos. 2006.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual e verbal**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

_____. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 47.950, de 5 de dezembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município de São Paulo. Disponível em: <<http://www.leispaulistanas.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

SINGER, B. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. p. 115-147.

SOUZA, T. Um pouco de História. In: **Revista Publish**. São Paulo: [s.n], março/abril 2001. p. 68.

STAMATO, C **Modelo de Banheiro Domiciliar Para Idosos: Uma abordagem Ergonômica**. Rio, 2007. 399 p Monografia (Especialização em Ergonomia) Departamento de Artes e Design, PUC-Rio.

TOMINAGA, Y. Entrevista concedida a Ivan G. Ferreira. Rio de Janeiro, jan. 2007.

_____. A gestão dos espaços livres públicos: Relato de uma experiência. In: **Discutindo a paisagem**. São Carlos: Rima Editora, 2006. p. 171.

XIMENES, S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

Anexo 1

Questionários

A seguir são apresentados os dois questionários que serviram de fundamentação e comprovação das pesquisas com a população na rua e em visita aos profissionais das disciplinas envolvidas.

São apresentados, em primeiro lugar os questionários preparados para apresentação aos participantes, e posteriormente, no Anexo 2, as entrevistas realizadas. na íntegra.

Questionário popular (modelo).



VISÃO SERIAL 1 RECEPÇÃO

FAVOR PREENCHER OS DADOS E RESPONDER ÀS QUESTÕES ABAIXO

Profissão_____Sexo_____Idade_____

Bairro onde mora_____Escolaridade_____

QUESTÕES

Já havia visto o painel da foto no local?_____Ele desperta interesse_____ou repulsa_____

Sabe qual o produto que ele anuncia?_____Teve vontade de comprá-lo?_____

Acha que esse tipo de propaganda é interessante?_____Lembra-se de ter visto outros

painéis similares a esse pela cidade?_____Mais ou menos quantos?_____Alguns deles

despertou mais a sua atenção?_____Porque?_____

Questionário aos profissionais

1. Como V.Sa. analisa a leitura urbana de painéis nas empenas das edificações na cidade?

2. Grande parte do público entrevistado declarou que prefere os painéis à “parede cinza e feia”. Que avaliação V.Sa. faz dessa afirmativa?

3. “A veiculação de propaganda que utilize, a qualquer título, logradouro público, ou que se exponha ao público, poderá ser promovida por empresas que realizam este tipo de atividade, desde que devidamente registradas no órgão competente. (Lei 758 / 85 Art 1.)”

V.Sa.concorda com o fato de que o empresário que explora a empena é quem escolhe o local, determina o tamanho do painel, seu formato e seu material e fixação?

4. Para Venturi: “a justaposição de elementos destrambelhados expressa intrigante espécie de vitalidade e validade”. Para ele a arquitetura seria um sign, (painel), cujo significado, função e ornamento são derivados dos letreiros e placas afixados nele (a).

Qual sua opinião?

5.V.Sra. acha necessária (e possível) uma revisão para conceitos que permitam o reconhecimento dos limites estabelecidos pela lei entre o publico e o privado, relativamente à recepção dos painéis de empena pelo cidadão? Como?

6.A lei classifica os painéis de empena (Lei 1.921 / 92):

Quanto ao local:

Em imóveis

- edificados

- em construção

- não edificados

- em logradouros e áreas públicas.

V.Sa. acha que essa classificação é suficiente e atende às necessidades da cidade e da população de forma a garantir o respeito aos limites entre o público e privado e à ética?

7.Como V.Sa. vê a interface e as competências de atuação interativa entre o urbanista, o arquiteto e o designer na conceituação e elaboração dos projetos dos painéis de empena?

8. Para Fernando Resende: “O espaço público contemporâneo significa as forças e os interesses em um mundo regido pelos meios de comunicação; ele é, por tudo isso, o espaço cuja nova norma é o conflito”.

Resende ressalta a importância de se considerar o modo como se narra e os sujeitos narradores no conflituoso espaço público. Como V.Sa. imagina ser possível essa “consideração” de forma prática relativamente aos painéis de empena?

9. Tominaga evidencia a qualidade dos espaços como consequência da vontade política do Poder Público, e da apropriação desses espaços por parte da população.

V.Sa. vê possibilidade de parceria entre o poder público, profissionais da área e condomínios nas decisões relativas à aplicação de painéis de empena na cidade? Fique a vontade para acrescentar outras questões que ache oportunas sobre o tema.

OBRIGADO.

Anexo 2

Entrevistas

A seguir são apresentadas as entrevistas com as pessoas envolvidas na questão. Suas respostas ao questionário a elas apresentado fundamentam e comprovam as pesquisas com os profissionais das disciplinas envolvidas.

Augusto Ivan de Freitas Pinheiro

Carlos Fernando S. L. de Andrade

HMA Arquitetos (Pedro Augusto Franco e Rubem Piotto)

Joaquim Redig de Campos

Marcos Konder Netto

Sérgio Ferraz Magalhães

Yasuko Tominaga

AUGUSTO IVAN DE FREITAS PINHEIRO

Secretario de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro

Entrevista oral em 22/01/2007

Várias são as formas de avaliar os painéis do ponto de vista da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura do Rio.

Em princípio a receita gerada pelos painéis de empena representa um valor de alguma expressão como mais uma renda de arrecadação financeira. Já que são em geral poucas as fontes como o IPTU, o ISS e repasses de ICMS. Os valores das licenças para painéis de empena não têm um valor tão significativo, mas é sempre mais uma receita face às poucas opções da Prefeitura.

Por outro lado, com as mudanças constantes que ocorrem na ocupação dos terrenos urbanos, resultam muitas empenas sem possibilidade de imagens mais agradáveis onde, como ocorre com frequência em Copacabana, por exemplo, restam casinhas muito pequenas em terrenos inaproveitáveis para empreendimentos imobiliários maiores que acabam sendo usadas para pequenos serviços como chaveiros, etc..

Do ponto de vista estético, fica ali um espaço mal resolvido com uma empena de cada lado sobre uma edificação baixa e pequena.

A Prefeitura já testou com algumas empresas a possibilidade para abertura de janelas ou varandas em alguns casos, sem contar como área construída. Essa questão foi muito discutida, mas acabou não sendo usada.

Alguns planos têm se preocupado mais com o urbano, sobretudo em áreas de preservação como as APACS, preocupados com as áreas de sobra, vazios entre as edificações, com liberações que permitam construções naquele espaço, controladas. Como foi o caso dos estudos realizados pelo arquiteto Hernani Freire para o espaço atrás da escola de música, na Lapa, onde está o painel do Ivan Freitas. Mas também acabou não se viabilizando.

São esforços da Prefeitura no sentido de resolver o problema.

Painéis artísticos como o do Ivan Freitas resolvem a questão da empena, mas parece uma solução temporária que se desgasta com o tempo e requer manutenção periódica nem sempre viável.

Há algumas tentativas com desenhos em azulejos, mais durável, Na Rua Mário Ribeiro, em um muro na Gávea, isso foi feito com um painel modular de azulejos de Aluisio Carvão com sucesso. Essa solução remete a uma tradição brasileira mais da fase modernista, como o Ministério da Educação, Palácio Gustavo Capanema.

Quanto ao painel publicitário, acho que numa cidade com a paisagem tão exuberante como a do Rio, sendo ela própria o grande painel, principalmente na zona sul, o painel publicitário é perturbador, chama a atenção demais com apelo excessivo. É o caso de um grande painel perto da antiga catedral na Praça XV, uma área histórica. Como a empena é feia, então o painel aparece como solução, mas não resolve.

A artista plástica Iole de Freitas fez uma proposta há algum tempo com esculturas que seria uma boa idéia. Artistas plásticos deveriam ser estimulados a apresentar essas idéias. As PPP, parceria público privada, poderiam servir para esses incentivos.

Acaba sendo criada uma perspectiva pela Prefeitura para os painéis publicitários, mas é bom lembrar que as licenças são em caráter precário podendo ser canceladas a qualquer hora.

A rigor são contingências da cidade.

O ideal é não ter empenas, com uma legislação para essas situações de construções que inviabilizam lotes, como no caso dos chaveiros, mas seria uma decisão muito radical que forçaria um empreendedor não interessado a ficar com o terreno.

Quando não há PEU, a lei orgânica não permite além de 12 m criando situações de empenas cegas.

No futuro temos que pensar sobre elas se quisermos uma cidade mais harmônica, mais seqüencial como na Europa.

Não cabe julgamento de valor – é uma solução temporária e em caráter precário, podendo ser retirada intempestivamente como está acontecendo em São Paulo.

Pessoalmente não gosto, mas tem suas vantagens e desvantagens do ponto de vista da Prefeitura. Não trazem uma contribuição efetiva para a questão da cidade do ponto de vista do urbanismo. O que acho mais adequado são as soluções mais planejadas em locais próprios, como os integrados ao mobiliário urbano que têm um design mais resolvido e o controle da Prefeitura quanto ao acabamento a manutenção e o recolhimento de taxas.

Os painéis de parede não levam em conta a qualidade estética nem como são colocados. A licença é por metragem quadrada e por vantagem financeira e não pela beleza ou adequação urbana.

Há cidades como Tóquio e a Broadway em Nova Iorque que apresentam uma loucura interessante. São duas paisagens diferentes, uma durante o dia e outra à noite. A paisagem muda. É um dinamismo interessante.

Lembro também que historicamente existem exemplos no Rio a serem consultados como o painel da Emulsão de Scott numa empena vertical na Lapa antiga.

Rio, 22 de janeiro de 2007.

CARLOS FERNANDO S.L. ANDRADE

Superintendente Regional - 6^A.SR IPHAN – Min da Cultura, ex-presidente do IAB
– Instituto de Arquitetos do Brasil.

Entrevista oral em 10/01/07

RX 01

Problematizando a empena: por serem raros os loteamentos que permitem reedificação com afastamentos laterais razoáveis, prédios baixos são substituídos por prédios maiores com empena.

Por exemplo: na Cinelândia, houve duas substituições criminosas com a criação de empenas brutais que eu gostaria de demolir.

Com a criação da empena descobre-se o “negócio”. De nuas passam a painéis.

Um fato curioso e questionando a nostalgia: Em 1936, na 1^a. revista do IAB, foram criticados os luminosos da Tricolan no morro do Pasmado, ao pé do Pão de Açúcar.

Os painéis são uma mídia invasiva: televisão eu recebo porque autorizo; compro jornal de R\$ 1,00 sabedor de que esse preço é possível graças a um patrocinador. Há uma troca. Já o painel de empena não troca nada. Recebo sem pedir.

RX 02

Parede cinza e feia é consequência de um urbanismo espúrio que concede licenças para edificações em lotes não preparados para isso.

As pessoas gostam dos painéis porque não querem a empena.

RX 03

Não. Como arquiteto, como urbanista e como superintendente do Iphan.

Há interferência no prédio, na cidade, na paisagem urbana.

Conta mais que a massa construída.

RX 04

Quando você assume o destrambelhado é porque você aceita um *destrambelamento* social. O principal é a falta de regras, as regras de um mercado sem regras.

Por exemplo: as bancas de jornal. Há muito deixaram de ser bancas para serem *back lights* que até vendem jornais.

Paralelamente, quanto maior o *back light*, melhor. As bancas crescem para serem *back light*, Não para serem bancas, não para venderem mais jornais. Aumentam em área, altura e quantidade.

Na Av. Rio Branco, no Rio, em menos de 100m há seis bancas, três de cada lado.

O principal é não haver regras. As regras do mercado são regras. As regras não são obedecidas. Falta clareza, transparência e universalidade. A agressão é promovida pela própria Prefeitura.

RX 05

Claro! Ter um olhar interdisciplinar, percebendo os limites de ambiência urbana, segurança no tráfego, distâncias, tamanhos, tempo de exposição, direito de vizinhança. A Presidente Vargas deve ser analisada como um caso especial.

RX 06

Classificação do imóvel, sim. Mas não se esgota aí a classificação do painel.

RX 07

Não são publicitários porque o painel vem ao encontro do imóvel que dialoga com o prédio. Por exemplo: na Av. Pres. Vargas, vindo da Central para a Rio Branco, antes da Rua Uruguaiana, sobre o camelódromo, existe um painel que “brinca” com a 3ª. dimensão. O mesmo se dá com o painel do Ivan Freitas, na Escola de Música, perto dos Arcos da Lapa. Há, ainda um terceiro, no Catete, um painel no qual o artista brinca com a repetição na outra banda. Todos eles tentam um diálogo com o prédio e a situação urbana.

Não é bom a arte que trabalha, que entende o prédio como suporte. A idéia dos afrescos é boa onde há analogia. O prédio do MEC sem painel de

azulejos da Graça Aranha ou a escultura da empena da Araújo Porto alegre não seria o MEC.

O pedregulho do Reide foi pensado como tal, assim como são os vitrais: todos pensados no projeto, durante a projeção da edificação.

RX 08

Sim. Para isso existe o estado. Para regular o conflito, porque se não gosto, posso botar fogo no seu painel. Veja a ação do estado agora mesmo no caso dos orelhões da Telemar tampados por falta de licenciamento.

Eu mesmo mandei tirar dois outdoors, no aterro, um do Cirque du Soleil e outro do Reveillon de Ipanema. Em ambos não havia uma divulgação de venda e sim uma exposição, promoção do patrocinador.

Comunicação ou comercial? Questão de lei e ação do estado, não sob a ótica da Secretaria da Fazenda, mas do Urbanismo.

RX 09

Concordo muito! Sim vejo enormemente essa parceria como necessária. Há um enorme desprestígio do espaço público carioca, onde a população se utiliza muito desse espaço. É uma maldade.

Acho a parceria ótima. Estou pensando em iniciar ação desse tipo ação junto com a Prefeitura, na área da Pça Mal Floriano e a Igreja Santa Rita onde há um entulho de informação visual. Uma parceria entre o Iphan, a Prefeitura e os comerciantes com verba do Pronac (Lei Rouanet) de forma a romper a barreira do bem tombado isolado.

Rio, 10 de janeiro de 2007.

ARQUITETOS PEDRO AUGUSTO FRANCO E RUBEM PIOTTO**HMA ARQUITETOS**

Autores do projeto do prédio do Jornal do Brasil

Entrevista oral em 30 de janeiro de 2007.

RX 01

(P) Minha reação é sempre de repúdio por na estar integrado onde está instalado. É acréscimo a arquitetura. Agressivo se pedir licença.

(R) Não contribui para a obra. É aposta com intenção clara de comunicação sem nenhuma relação com a obra. É agressão à obra e dependendo do lugar agressão à cidade.

RX 02

(P) Como arquitetos somos um dos responsáveis por não tratarmos devidamente da empena. Mas o cliente não dá liberdade nem condições por não ser perene. A legislação deve ser respeitada mas também criticada.

(R) Assim qualquer um vai quere o painel em vez da parede cinza e feia. É bom lembrar que a legislação induz e conduz a essa solução. (P) e até impede que se tenha outra solução.

RX 03

(P) Por livre arbítrio não. É equivocado. A lei devia restringir e estabelecer parâmetros.

(R) O arquiteto deveria ser convocado, dar parecer e estabelecer parâmetros. Há casos de praças que foram melhoradas com trabalho específico, com solução vernacular.

(P) Não existe regra geral. Há empenas que têm vocação, onde é desejável e contribui.

RX 04

(P) Isso é cinismo. Não. A arquitetura não é suporte de letreiros. No Hall of Fame o arquiteto enquadra o painel. O painel é subjugado pela arquitetura.

(R) Não concordo. Se você pensa em Lãs Vegas, Tóquio, Time Square está circunscrito a cada cidade, um setor, um objetivo.

RX 05

(P) Me acho xiita e acho que não. É perigoso porque cria um precedente. Comissão vai censurar esteticamente. Não vamos conseguir viabilizar o crescimento. O que é bom? O que é mau?

(R) Por outro lado pode, por exemplo, fazer intervenções com a publicidade controlada, integrada à arquitetura, como o Venturi. O concurso do Edifício garagem, na época o vencedor propôs que parte da empena fosse destinada a instalação de painéis com boa composição contribuindo para o objeto arquitetônico.

(P) Não era bem uma empena. Era uma reinterpretação de uma fachada pobre e ruim.

(R) Mas a composição melhorou. É uma solução que contribui.

(P) São casos particulares. No caso, uma garagem pública..

RX 06

(P) Examinar como elas se integram no espaço urbano e com que qualidade. Como no caso do Edifício Garagem, é a leitura e informação de algo útil naquele entorno.

(R) Examinar caso a caso. Há casos em que isso é usado para proteger e dar segurança. Na Rua Barata Ribeiro, antes da Santa Clara, na frente de uma sinagoga, há uma seqüência de painéis para proteção. O melhor seria como foi feito na Gávea, perto da Praça Sibelius, onde foi feito um painel com azulejos do Alúísio Carvão.

(P) Sempre fugindo da publicidade e se integrando ao urbano. Em Copacabana, há uma praça com um painel do Millôr Fernandes sobre frescobol. É uma contribuição cultural.

(R) Antes do RioSul na restauração do Clube Botafogo, foram instalados dois painéis que tapam a vista e impede que se veja a construção antiga. Histórica do clube.

RX 06

(P) Da melhor forma. É o desejável.

RX 07

(R) Fundamentalmente não generalizar, não criar regras que permitam precedentes incontroláveis. Tem que ser analisado.

(P) Mas cuidado com esse tratamento. O urbanista, o arquiteto e designer terão certamente um olhar mais cuidadoso. Determinar qual a relação que o painel de empena tem com o entorno, com a arquitetura.

(R) Ele não se basta. Em Lãs Vegas eles todos se juntam para formar um todo. Fora desse contexto, ele está inserido num todo com uma ambiência definida.

RX 08

(R) Se partirmos de pressuposto de que vai ser legalizado, se alei vai ser discutida, sim, é possível.

(P) O poder privado estabelece as leis somente com o aval do poder público tornando possível. Como no Favela Bairro quando o poder público induziu os moradores e a comunidade em geral. O poder público está omissa, somente com interesses econômicos. Ele é catalisador e não pode ficar ausente.

RX 10

(R) E alguém imagina que o poder público abriria mão de receber o valor da taxa?

Rio, 30 de janeiro de 2007.

JOAQUIM REDIG DE CAMPOS

Designer, Professor da PUC-Rio,
Mestrando em Design Esdi

Entrevista oral em 31 de janeiro de 2007

RX 01

Normalmente abusivos. Da cidade e do passante. Como toda propaganda.

Não se preocupa com a cidade. Quer vender. Como designer me preocupo com os resultados para as pessoas. Como usuário também. Quero as coisas certas no lugar certo. Propaganda excede. Mas gosto. Sempre conto em entrevistas: o prefeito Marcos Tamoio tirou todos os painéis e out doors da zona sul. Melhorou a cidade ficou menos abusada. Mas concordo com Crouwell. Ficou mais chata. O que acontecia era que como na Av. Brasil continuava havendo os painéis, eu ficava feliz quando passava por lá. Havia notícias. Informação. Serviços: um novo carro lançado. Era decorativo, tinha alegria, cores, letras. Aspecto que esse objeto pode ter. Mas tem que haver planejamento.

RX 02

Concordo.

RX 03

Não. Acho que é um problema de design. Acho duas coisas: competência profissional do responsável para esse tipo de objeto e interface com o domínio público. Levar em conta o entorno. O dono não pode simplesmente instalar. É necessário que haja desenho, projeto. Com critério. Ser dono não oferece as condições necessárias.

RX 04

Não sou contra a arquitetura se suporte. Pode-se fazer como o Venturi fez. No Japão todas as fachadas estão assim. O prédio como o automóvel, o trem, etc., pode ser um canal de comunicação. Arquitetura não é exatamente isso. Pode servir para isso.

RX 05

O poder público é o responsável. E parte do poder público estar assessorado pelas áreas de competência. Meu sonho como cidadão é entrar no carro junto com o prefeito e girar pela cidade mostrando as coisas os problemas.

RX 06

Não faz a menor diferença se está na área pública ou na área privada. O que faz diferença é o tamanho, o local, as cores, a mensagem ...

RX 07

Acho essencial e urgente.

RX 08

Acho que o conflito é conseqüência da falta de soluções para o problema. A cidade não é construída para comunicação. É dominada por ela. Daí o conflito.

RX 09

É possível. Mas há de haver uma fórmula que deve ser buscada. Não existem condições favoráveis. Como não há diálogo entre a secretaria de urbanismo e a de finanças. Não existe condição de interação para sistematizar, para transformar a rotina.

É urgente e imprescindível.

RX 10

Conclusão: Os problemas se esticam. As soluções não vêm. Já houve época em que se conseguiu alguma coisa. Como quando o Augusto Ivan conseguiu com o Corredor Cultural. Acho que é um bom exemplo.

Rio, 31 de janeiro de 2007

MARCOS KONDER NETTO

Arquiteto e urbanista, ex-Presidente do IAB, autor do projeto do edifício da Sede da Prefeitura do Rio.

Texto remetido em 31 de janeiro de 2007.

O Centro Administrativo São Sebastião, projeto de minha autoria, sofreu uma agressão inominável com a introdução de uma faixa de cor laranja-Comlurb em toda a extensão de sua platibanda superior, nas quatro fachadas. Além disso, foram aplicadas sobre esta cor berrante e de mau gosto dizeres com letras de grandes dimensões e logotipos do município de tamanho desmesurado.

Com tudo isso, a unidade plástica do prédio ficou totalmente comprometida, com as quatro fachadas divididas em duas partes, uma superior, com a cor absurda, e outra inferior no concreto aparente original. As colunas também tiveram sua unidade quebrada, face à invasão da cor laranja na parte superior das mesmas, inclusive nas reentrâncias côncavas que lhes dão leveza. A edificação transformou-se num imenso “out door” de si mesma.

De acordo com o ensaísta Lewis Mumford, “a cidade é a maior obra de arte criada pelo homem”, compondo-se, basicamente, de sua volumetria edificada, suas vias de circulação e seus espaços livres.

Dentre as edificações destacam-se os edifícios públicos, que devem refletir, adequadamente, as instituições que abrigam. Por outro lado, o filósofo Hegel considerava a “a arquitetura uma arte simbólica”.

Assim, todo o edifício de boa qualidade arquitetônica, principalmente os edifícios públicos, deve deixar transparecer uma carga simbólica inerente às suas funções.

O prédio do CASS foi concebido dentro desses parâmetros, com o intuito de bem expressar, simbolicamente e com dignidade, sua finalidade de sede do poder executivo municipal. Sua arquitetura é sóbria e serena, com uma colunata de caráter quase clássico. E é assim que deve ser mantido e preservado para o futuro.

Por isso, impõe-se, urgentemente, que sua descaracterização, levada a cabo de maneira autoritária, seja removida no mais curto espaço de tempo, voltando o prédio à sua feição original.

Rio, 30 de janeiro de 2007.

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES

Arquiteto e urbanista. Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ. Foi Secretário de Habitação do Município do Rio de Janeiro e Subsecretário Municipal de Urbanismo. Secretário de Projetos Especiais do Estado do Rio de Janeiro. Consultor para desenvolvimento urbano e habitacional.

Entrevista oral em 17 de janeiro de 2007

É uma idealização modernista a de que a cidade é concebida hoje como modelo perfeito e, quando o futuro chegar, ela vai estar pronta, e esses edifícios de empenas são concebidos para quando a cidade ficar pronta.

Isso é uma pretensão modernista: quando a cidade estiver pronta acabam as empenas.

O seu tempo é o único tempo que vai definir o futuro. Ninguém está projetando a cidade ao longo do processo histórico. Está projetando a cidade do futuro.

O apogeu disso é o que o IPHAN fez com Brasília, o tombamento. Engessou a cidade porque viu que a idealização da cidade estável e eterna estava perigando.

O IPHAN é muito consuetâneo com essa visão modernista. Só que aqui o que querem é definir o futuro.

O legislador legisla sem pensar a cidade através dos volumes. Todo mundo pensa que a empena vai sumir. Isto não será o que vai acontecer. As empenas desaparecerem.

O aproveitamento da empena com mídia publicitária faz parte de uma visão contemporânea da cidade. Esses painéis estão reconhecendo a cidade existente, De certa forma é uma clava no pensamento moderno.

A cidade é o lugar do conflito; só não é conflito na visão modernista. A interação é a possibilidade da troca. A cidade do conflito se justifica por isso: pela troca das diferenças.

As cidades pré-capitalistas também. Era diferente, não se expressava através da publicidade mas de outros modos. Os livros de Baudrillard foram escritos em cima das interpretações das mudanças de Paris.

O que eu quero dizer é que essa disputa é inerente à cidade e não vai se esgotar no capitalismo. O painel da praça de Cuba é a mesma coisa.

A superestrutura cultural que perpassa essas dificuldades políticas e ideológicas é compartilhada por todos. Não é exclusividade de um lugar. É na China e é em Nova Iorque. É o ícone do capitalismo. Toda cidade do interior deseja isso. Neon, acrílico. Esse vínculo essencial de progresso de adesão a esses modelos é universal.

Miami é organizada. É uma cidade que parece ter sido planejada. Com edifícios altos localizados em pontos concentrados. Dizer que a Barra da Tijuca é Miami é um engano. Pode ser uma idealização de Miami mas é um arremedo.

Entendo que o que a lei diz não se refere à exclusividade do empresário na exploração das empenas. Minha opinião é que o espaço público tem que ser garantido como o mais público possível, publicizável. Não pode ser privativo não somente em questões visuais mas em questão de ocupação, etc.

Dentro da hierarquia em que a questão essencial é a publicização de espaço se confere ao governo a representação da sociedade como garantidora dessa condição. O governo tem que ter a resposta para isso.

O governo e os empresários não necessariamente divergem sob o ponto de vista conceitual. A sinergia entre os interesses privados e os interesses dos estamentos governo e os empresários é muito forte. A burocracia responde muito ajustadamente. Todos compartilhamos da mesma cultura. É muito difícil achar que o empresário tem uma visão e o governo tem outra.

Isto posto, o fato de o governo ter a prerrogativa não garante que o espaço seja de qualidade. Nem que seja preservado nem que se autorize o que é muito bom.

O fato de os empresários terem a iniciativa não quer dizer que se fosse o contrário, o governo ter a iniciativa, seria muito melhor.

Quem faz a lei é o estamento burocrático, sob pressão.

Venturi se refere ao caso daquele tempo, uma arquitetura às margens de uma estrada e a comunicação ser assim. A velocidade exigia isso.

Sobre a revisão dos limites entre o público e o privado: sou favorável a que sempre haja revisões para melhor. A defesa da lei é perfunctória. Ela pode até, em certos casos, ser negativa.

O que acontece é que o arquiteto que projetou aquela empena abriu mão. Não estava considerando a cidade. A empena não é uma decisão do tipo vou fazer uma empena. Ela é o negativo, não é positivo. Sobrou. Alguns arquitetos até tiveram alguma pretensão, como o projeto do Edson Musa na Praia de Botafogo. Esses têm direito. Acho que a empena do Ministério da Educação não pode ser mexida. Ela foi projetada.

.Não é que a qualidade do espaço é consequência da vontade política do poder público. O poder público é um ser derivado. Ele reage. é a resultante dos conflitos.

Eventualmente uma circunstância permite, por exemplo quando um arquiteto está a frente, ou um sociólogo com uma visão peculiar.

Aqui não há debate. Como é que se faz um shopping no Leblon com aquela qualidade ínfima de arquitetura? A oportunidade que se perde. Parece que há uma preocupação maior com outros problemas da cidade. Estão preocupados com outra questão mais premente para a sociedade. A questão da violência...O público está se lixando para a qualidade da arquitetura, como estamos vivendo as dificuldades do cotidiano não dá espaço para isso..

Eventualmente alguns arquitetos, algumas pessoas de cultura, do povo com uma compreensão diferenciada. Se tiverem forças suficientes para poder agir nesse conflito pode ter uma resultante positiva.

Quantas oportunidades estamos perdendo de arquitetura? A Marina da Glória. Tiveram o desplante de propor aquilo. A questão nem é se estão impedindo a visão do Pão de Açúcar. Não tenho dados nem capacidade para julgar isso. Pode ser até que o projeto em si seja um bom edifício. Não conheço, pode também ser um horror.

Estão é promovendo uma rua privada, um espaço privado alí. Uma rua de dois, três metros de asfalto, concreto sobre as pedras. Mas só se discute a altura do prédio ao passo que a questão público-privada é muito mais grave.

Rio, 17 de janeiro de 2007.

YASUKO TOMINAGA

Arquiteta e Urbanista, mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP, foi chefe de assessoria da Comissão de proteção à paisagem urbana (CPPU) 1988-1993. Professora de Paisagismo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu. Diretora do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo.

Respostas por escrito em Janeiro de 2007

RX 01

A resposta mostra não a preferência pelos painéis, mas a preferência por uma alternativa a uma realidade de paisagem da cidade mal cuidada e abandonada pelo poder público, é óbvio que entre um local sujo e abandonado, os painéis sempre despontam como uma solução para encobrir essa realidade.

RX 02

Não concordo. O poder público tem a responsabilidade de zelar pela paisagem de nossas cidades e deveria promover estudos para a inserção destes painéis no local mais adequado e nas dimensões proporcionais aos locais onde forem inseridos.

RX 03

Concordo em parte, pois, se por um lado em alguns espaços os painéis publicitários e o conjunto deles expressam vitalidade, movimento, identidade, vibração de um centro cultural como a "Times Square", por exemplo, em outros representam apenas um conjunto desordenado de painéis, num local sem significado cultural nenhum, que se aproveitam da visibilidade que oferecem (número de pessoas ou veículos que por aí passam) com o único intuito de vender produtos, sem nenhuma contribuição para a melhoria desses espaços.

RX 04

Ainda não está claro para o cidadão em geral, que embora as paredes dos edifícios sejam propriedade privada, a visibilidade que se tem delas compõe a paisagem do lugar e, portanto, é pública e passível de regulamentação. Isto deveria compor as leis regulamentadoras.

RX 05

Só a classificação não resolve os problemas existentes, é necessário que haja uma postura do poder público, através de um plano ou projeto estabelecendo as regras de inserção para cada local. Não regras genéricas para toda a cidade mas , vincular a inserção destes painéis a um projeto paisagístico local.

RX 06

A interdisciplinaridade é fundamental para os projetos urbanos, pois cada profissional trabalha em escalas diferentes de um mesmo objeto que é a cidade ou parte dela, com a mesma finalidade, que é torná-la ambientalmente melhor. Eu acrescentaria ainda a participação de outros profissionais, da população e dos próprios empresários da publicidade.

RX 07

A Paisagem das nossas cidades tem sido a resultante de todo o processo político, econômico e social desenvolvido até agora e vai continuar sendo, portanto, somente através da modificação deste processo é que resultará numa alteração da paisagem. O conflito e a dominação existem e vão continuar existindo, mas acredito no processo dialético das discussões e intervenções que se façam, mesmo que pequenas, como ponto de partida para uma solução posterior. A cidade brasileira sempre esteve nas mãos da classe rica dominante, e continua, porém este cenário começa a ter outros coadjuvantes (partidos políticos de trabalhadores, órgãos de defesa do consumidor, e ongs), outros parâmetros (A Constituição de 88, o Estatuto das cidades), enfim é preciso propor mudanças, quer elas aconteçam hoje ou não, amanhã... quem sabe?

Tenho aqui o exemplo de uma ong que conseguiu impedir que um banco colocasse um painel luminoso na avenida Angélica, embora a lei permitisse, pois tiraria o sossego de um prédio logo em frente. Conseguiu a intervenção do Ministério Público, da Participação da FAUUSP e eu também participei dessa discussão.

RX 08

Acho que é possível sim, desde que o poder público saiba o que se pretende para o local, que tenha um projeto aberto, que aceite contribuições, que se abra para o diálogo, sem pretender impor a sua solução. É preciso saber onde se quer chegar e onde é possível chegar. A manutenção dos espaços da

cidade depende da apropriação desses espaços pelos cidadãos, e da responsabilidade que o poder público tem de gerir estes espaços.

Recebido em janeiro de 2007.